PROJECTO DO ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (TEST)

DEFINIÇÃO DAS SALVAGUARDAS AMBIENTAIS E SOCIAIS

Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

Julho, 2025

Ficha Técnica

Título do Documento:

Pano de Envolvimento de Partes Interessadas

Elaborado por:

NEMUS – Gestão e Requalificação Ambiental, Lda.

Força Motriz – Prestação de Serviços, Lda.

Encomendado por:

Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI) – República de Angola

Data: Julho de 2025

Índice

1. Introdução 8

2. Descrição do Projecto 10

2.1 Localização 10

2.2 Componentes do Projecto 12

3. Identificação e análise das partes interessada 24

3.1 Metodologia 24

3.2 Partes afectadas e outras partes interessadas 24

3.3 Indivíduos ou grupos desfavorecidos/vulneráveis 25

4.1 Resumo do engajamento das partes interessadas feito durante a preparação do projecto 26

4.2 Resumo das necessidades das partes interessadas do projecto e métodos, ferramentas e técnicas para engajamento das partes interessadas 27

4.3 Plano de engajamento das partes interessadas 29

4.4 Reportando-se às partes interessadas 30

5. Recursos e responsabilidades para implementar actividades de envolvimento de partes interessadas 31

5.1 Recursos 31

6. Mecanismo de Sugestões e Resolução de Reclamações (MSRR) 33

6.1. Descrição do MSRR 33

7. Monitoramento e Avaliação 36

7.1 Resumo de como a implementação do PEPI será monitorada e relatada 36

7.2. Reportando-se aos grupos de partes interessadas 37

8. Bibliografia 38

9. Anexos 39

Anexo I: Convite das Consultas Públicas 39

Anexo II: Locais de realização das consultas públicas 40

Anexo III: Modelo de Formulário para Apresentação de Reclamações Usado no Âmbito do Projecto do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia (TEST) 41

Anexo IV: Fotografias 44

Anexo V: Lista de Presença 48

ANEXOS

Anexo I – Convite das Consultas Públicas

Anexo II – Modelo de Formulário para Apresentação de Reclamações usado no âmbito do Projecto do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia (TEST)

Anexo III – Fotografias

Figura 1 Áreas de realização do Projecto TEST 11

Figura 3 - Equipa responsável pelo MSRR..... **Erro! Marcador não definido.**

Figura 3 Convite para consultas públicas das partes interessadas..... 39

Quadro 1 Componentes do projecto, impactes potenciais, riscos e mitigação 18

Quadro 2 Objectivos SMART do Plano de Envolvimento das Partes Interessadas..... 22

Tabela 1 Glossário vii
Tabela 2 Engajamento das partes interessadas 30
Tabela 3 Custos de implementaão do MSRR 32
Tabela 4 Estrutura do processo de implementação do MSRR 35
Tabela 5 Locais de realização das consultas públicas 40

Lista de Siglas e Acrónimos

AS - Assédio Sexual

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CMUPA - Cooperativa Multissectorial Unida e Progredindo por Angola

CRR - Comissão de Resolução de Reclamações

DNES - Direcção Nacional de Ensino Superior

EAS - Exploração e Abuso Sexual

GdA - Governo de Angola

GEPE - Gabinete de Estudos, Planificação e Estatísticas

GPE - Parceria Global para a Educação

GTIC - Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação

IES - Instituições de Ensino Superior

IFP - Instituição de Formação de Professores

INAAREES - Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior

ISCED - Instituto Superior de Ciências da Educação

JMPLA - Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola

JURA-UNITA - Juventude Unida Revolucionária de Angola

LGA - Língua Gestual Angolana

MASFAMU - Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher

MED - Ministério da Educação

MESCTI - Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação

MINAMB - Ministério do Ambiente

MINFIN - Ministério das Finanças

MINOPUH - Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação

MINSA - Ministério da Saúde

MINTTICS - Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social

MNJUA - Movimento Nacional de Jovens Universitários de Angola

NAS - Norma Ambiental e Social

NREN - Rede Nacional de Investigação e Educação

OMA - Organização da Mulher Angola

ONG - Organização Não-Governamental

PEPI - Plano de Envolvimento das Partes Interessadas

PGAS - Plano de Gestão Ambiental e Social

PGMO - Plano de Gestão de Mão-de-Obra

PIA - Partes Interessadas e Afectadas

QGAS - Quadro de Gestão Ambiental e Social

SAS - Salvaguardas Ambientais e Sociais

SINPES - Sindicato dos Professores do Ensino Superior

TEST - Tertiary Education, Science and Technology

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

UNTA - União Nacional dos Trabalhadores Angolanos

VBG - Violência com Base em Género

GLOSSÁRIO

Termo	Significado
Partes afectadas	Indivíduos, comunidades locais, membros da comunidade, entidades e outras partes que possam estar sujeitas a impactes directos e indirectos do projecto e/ou foram identificadas como mais susceptíveis às mudanças proporcionadas pelo mesmo. No presente projecto consideram-se: estudantes, docentes e funcionários, movimentos sociais envolvidos com o ensino superior, comunidades locais, entre outros.
Partes interessadas	Indivíduos, grupos ou entidades que, embora não sofram os impactes directos do projecto, percebem que seus interesses podem ser afectados e/ou que, de alguma forma, possam influenciar o Projecto e o seu processo de implementação. No presente projecto, consideram-se: ministérios, organizações, comunidades locais, entre outros.
Pessoas Vulneráveis	Pessoas ou grupos que, devido a factores socioeconómicos, culturais, ambientais ou institucionais, apresentam maior exposição a riscos e dificuldades no acesso a direitos, recursos e oportunidades. No presente projecto, consideram-se: mulheres, indivíduos em situação socioeconómica desfavorecida, pessoas provenientes de áreas rurais e/ou periféricas, pessoas com deficiência, pessoas portadoras de doenças crónicas e grupos historicamente desfavorecidos.
Plano de Envolvimento das Partes Interessadas	Processo inclusivo conduzido durante todo o ciclo de vida do projecto que, quando devidamente concebido e implementado, apoia o desenvolvimento de relações fortes, construtivas e receptivas, importantes para o êxito da gestão de impactes socioambientais.

Tabela 1 Glossário

1. Introdução

Este documento apresenta a versão preliminar do Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI) do Projecto do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia (TEST).

Actualmente, o ensino superior em Angola, composto por 85 instituições (27 públicas e 58 privadas), está em expansão para fortalecer o desenvolvimento económico e social do país (INE, 2019). Contudo, enfrenta desafios como financiamento insuficiente, deficiências infra-estruturais, escassez de docentes qualificados e barreiras de acesso devido aos altos custos (Rad-Camayd & Espinoza-Freire, 2024). Paralelamente, a economia digital em África cresce rapidamente, com previsão de atingir 180 mil milhões de dólares até 2025 (Google & IFC, 2020). Neste cenário, é crucial que Angola invista na formação em Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), capacitando docentes e estudantes para responder às exigências do mercado digital e fortalecer a competitividade nacional.

Nesse contexto, o Projecto TEST surge como uma iniciativa fundamental para enfrentar os desafios estruturais do ensino superior em Angola. Ao investir na qualificação de docentes, na modernização dos programas académicos e no fortalecimento da governação educacional, o TEST contribui directamente para a melhoria da qualidade do ensino e a ampliação do acesso à educação superior. Além disso, o projecto desempenha um papel estratégico na formação de profissionais altamente capacitados em áreas prioritárias, alinhando a oferta de ensino às demandas do mercado de trabalho e ao crescimento da economia digital (World Bank, 2023). Com isso, o TEST não só eleva a competitividade do sector educacional angolano, como também promove maior inclusão social e económica, preparando o país para um desenvolvimento sustentável e equitativo.

O PEPI visa estabelecer um processo inclusivo ao longo de todo o ciclo de vida do projecto, promovendo um compromisso transparente entre o Mutuário e as Partes Interessadas e Afectadas (PIA). A sua concepção e implementação são cruciais para a gestão dos impactes ambientais e sociais do Projecto TEST, fomentando relações fortes, construtivas e receptivas.

Além desta introdução, o documento estrutura a implementação do PEPI no âmbito do Projecto TEST. O Capítulo 2 detalha as áreas de intervenção para a modernização das infra-estruturas e os componentes do projecto, destacando as suas directrizes e objectivos. O Capítulo 3 aborda os requisitos legais e as políticas do Banco Mundial relativas à consulta e participação das partes interessadas, assegurando a conformidade com as normativas nacionais e internacionais aplicáveis.

O Capítulo 4 identifica as principais partes interessadas e afectadas pelo TEST, analisando o seu grau de envolvimento e impacte no projecto, e mapeia grupos vulneráveis que possam ser desproporcionalmente impactados. O Capítulo 5 apresenta o plano de envolvimento das partes interessadas, definindo directrizes para um diálogo contínuo e inclusivo, através de uma metodologia estruturada e de instrumentos que garantam ampla disseminação de informações e participação activa.

Para assegurar transparência e a resolução eficiente de preocupações, o Capítulo 6 detalha o Mecanismo de Sugestões e Resolução de Reclamações (MSRR), abordando os seus princípios, a estrutura organizacional e a composição da equipa responsável pela sua operacionalização. O Capítulo 7 trata da monitorização e avaliação das acções implementadas, permitindo ajustes estratégicos para garantir a eficácia do projecto. Por fim, o documento inclui a Bibliografia (Capítulo 8) e um Modelo de Formulário para Apresentação de Reclamações (Anexo 1), servindo como instrumento prático para o registo e encaminhamento de manifestações relacionadas ao TEST.

2. Descrição do Projecto

O Governo de Angola (GdA), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Parceria Global para a Educação (GPE) assinaram Acordos de Financiamento para desenvolver e implementar o Projecto do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia (TEST).

O projecto está sob responsabilidade de implementação do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI), com o objectivo de melhorar a qualidade dos estudantes que ingressam no ensino superior, aprimorar os programas em áreas estratégicas prioritárias e fortalecer a governação e a gestão do ensino superior. Esta estratégia prioriza três áreas fundamentais: • Aprimorar a formação de professores, de modo a melhorar a qualidade dos estudantes que ingressam no ensino superior; • Aumentar a qualidade e a relevância dos currículos, bem como a equidade; • Fortalecer a capacidade de gestão, monitorização e avaliação.

O Projecto TEST inclui a construção, reabilitação e modernização de infra-estruturas; a melhoria da formação e especialização de docentes em áreas estratégicas; e a implementação de ferramentas digitais. As Salvaguardas Ambientais e Sociais (SAS) visam prevenir, mitigar ou compensar impactes negativos que possam surgir durante a execução do projecto, promovendo o desenvolvimento sustentável, reduzindo desigualdades e assegurando que os benefícios sejam amplamente distribuídos.

O Governo de Angola e o BIRD assinaram um acordo no âmbito do qual o Mutuário se compromete a implementar o projecto em conformidade com as disposições estabelecidas no Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS) e com as Normas Ambientais e Sociais (NAS) do Banco Mundial.

2.1 Localização

O Projecto TEST será implementado em diversas regiões do país, cada uma com especificidades socioeconómicas e educacionais próprias. As intervenções nas instituições de formação de professores (ISCED/IFPs) ocorrerão nas seguintes províncias: Bengo; Huambo; Huíla; Uíge.

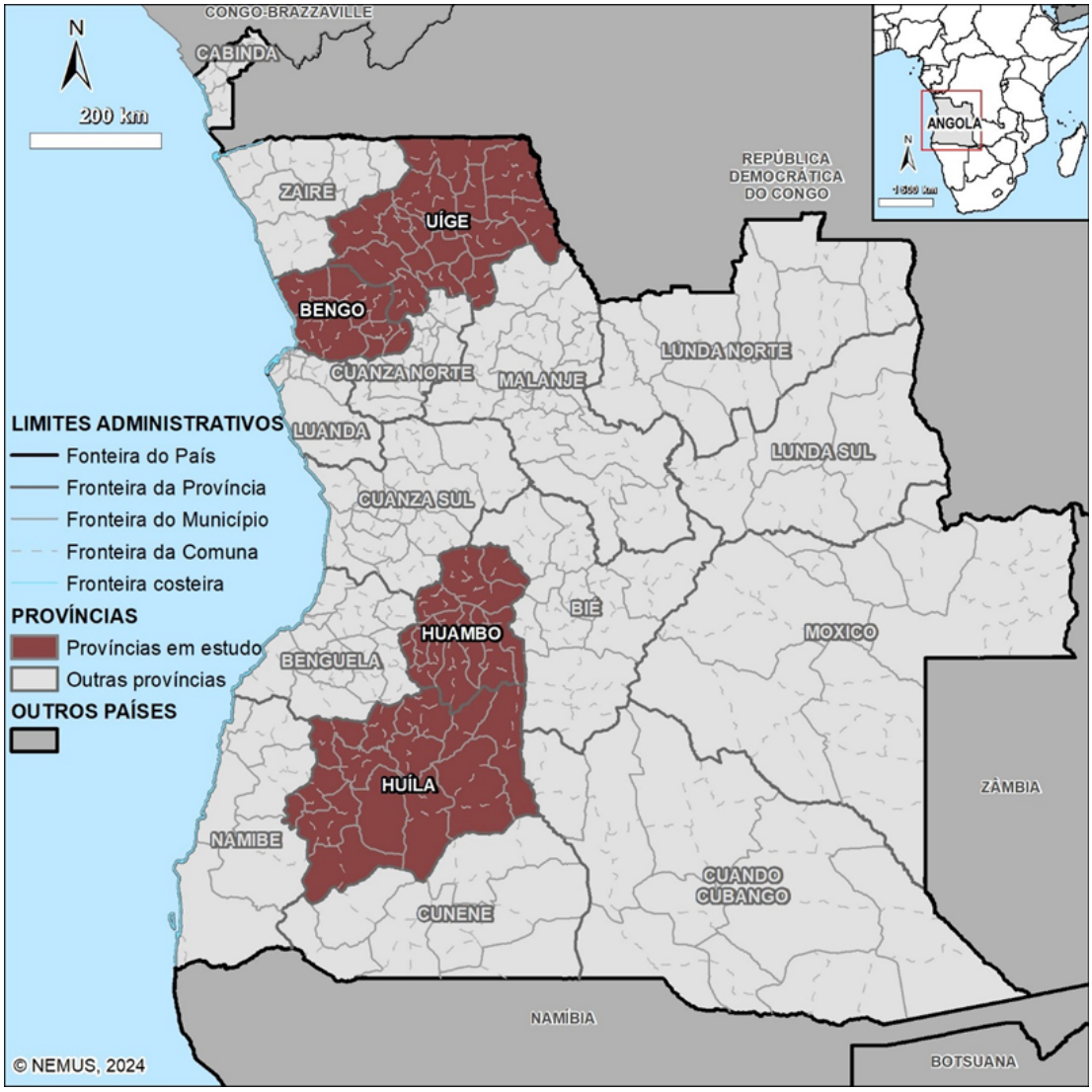

Figura 1 Áreas de realização do Projecto TEST

As intervenções nestas províncias reflectem uma estratégia de descentralização e inclusão, com o objectivo de contemplar as distintas realidades educacionais do território nacional. O projecto visa formular uma abordagem que atenue desigualdades regionais, promova o desenvolvimento de competências digitais, modernize as infra-estruturas e integre as diferentes regiões numa rede nacional de pesquisa e inovação.

2.2 Componentes do Projecto

No âmbito das Salvaguardas Ambientais e Sociais do Projecto TEST, são estabelecidas orientações claras, abrangentes e práticas para apoiar a implementação, integrando de forma sistemática e inclusiva questões ambientais e sociais, a fim de contribuir para o desenvolvimento científico do país.

O programa é composto por três componentes:

Componente 1: Melhoria da qualidade dos estudantes que ingressam no ensino superior, por meio de melhor formação de professores. Objectivo: elevar a qualidade dos estudantes que ingressam no ensino superior, sobretudo através da melhoria da formação de professores, actores cruciais para o desenvolvimento do ensino básico e secundário. A formação docente de alta qualidade melhora o sistema educacional como um todo, influenciando directamente a preparação e o desempenho dos estudantes nas instituições de ensino superior (IES). – Subcomponente 1.1: Expansão do acesso à formação inicial de professores de alta qualidade. Visa expandir a oferta de formação pré-serviço, garantindo eficácia e qualidade por meio de investimentos em infra-estruturas críticas e modernização de instalações para renovar e expandir as instituições de formação de professores (IFPs). Cada local terá um Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) específico, bem como contratos de supervisão das obras. – Subcomponente 1.2: Melhoria da qualidade do ensino e dos programas de preparação de professores. Visa melhorar a qualidade do ensino e da preparação nas IFPs, mediante acções ao nível legal, curricular, institucional e individual. As actividades incluem assistência técnica para revisão curricular, formação para aumentar a eficácia do corpo docente e cobertura de custos operacionais.

Componente 2: Melhoria da qualidade do ensino, da relevância dos currículos e da igualdade de género no ensino superior. Objectivo: promover melhorias significativas na qualidade do ensino superior, assegurando currículos actualizados e alinhados às necessidades do mercado e da sociedade, e abordando a equidade de género e a inclusão digital. Organiza-se em quatro subcomponentes: – Subcomponente 2.1: Reforço dos mecanismos de garantia da qualidade. Fortalece a capacidade técnica do Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior (INAAREES) a nível sectorial e institucional. – Subcomponente 2.2: Melhoria da qualidade da instrução, do acesso equitativo e da relevância industrial dos programas

em áreas estratégicas prioritárias. Procura aumentar a relevância dos programas académicos para responder às necessidades de competências da indústria. – Subcomponente 2.3: Estabelecimento de uma Rede Nacional de Investigação e Educação (NREN) e melhoria das redes universitárias. Conecta instituições de ensino superior, ciência e tecnologia, facilitando a partilha de informação e conhecimento e fortalecendo a capacidade de pesquisa e inovação. As actividades incluem assistência técnica e consultoria, modernização de infra-estruturas, formação e custos operacionais para a criação da AngoREN e apoio à modernização das redes locais das IES. – Subcomponente 2.4: Digitalização da prestação de serviços no ensino superior e desenvolvimento de competências digitais. Cria um ambiente propício nas IES para a aceleração digital do país, integrando tecnologias digitais para optimizar processos administrativos, pedagógicos e de suporte, e capacitando docentes, estudantes e funcionários com habilidades digitais essenciais. As actividades incluem assistência técnica, pequenas obras, formação e custos operacionais.

Componente 3: Fortalecimento da capacidade de gestão, monitorização e avaliação. Objectivo: investir na construção de sistemas do ensino superior e nas capacidades de gestão do MESCTI e das IES, reforçando a governação do sector. As actividades incluem assistência técnica, formação e custos operacionais.

As subcomponentes são apresentadas no Quadro 1, que inclui ainda os potenciais impactes negativos, a análise de riscos e as medidas de mitigação correspondentes para as partes interessadas e afectadas.

Subcomponente	Impactes potenciais para as PIAs	Risco identificado	Probabilidade do risco	Severidade do risco	Medidas de mitigação
1.1. Expandir o acesso à formação inicial de professores de alta qualidade	Impactes ambientais e de saúde decorrentes das intervenções	Poluição do ar, água e solo; doenças respiratórias; agravamento de doenças crónicas. Pode gerar conflito local, atrasos e aumento de custos.	**Média**	**Alta**	Estudos de impacto ambiental prévios, a fim de estabelecer sistemas de controle de emissões atmosféricas, tratamento adequado de efluentes, entre outros; implementar planos de gestão ambiental; adopção de práticas seguras de manejo, armazenamento e descarte de resíduos perigosos e não-perigosos; implementação de Plano de saúde ocupacional.
	Aumento do número de casos de VBG/EAS/AS devido a migração de trabalhadores	Comprometimento da segurança e da reputação institucional; aumento da violência com base em género; abandono escolar; quebra de vínculos familiares.	**Alta**	**Alta**	Estabelecer códigos de conduta para trabalhadores; formar comités de protecção; canais seguros de denúncia e resposta; campanhas de conscientização.
	Interrupção temporária do funcionamento das IES em consequência dos transtornos das intervenções	Aulas suspensas; possibilidade de desinteresse e frustração dos alunos; redução de oportunidades futuras.	**Média**	**Média**	Planear intervenções em períodos de menor impacto académico, com obras fora do horário escolar; estabelecer rotas alternativas; comunicação prévia com IES; barreiras acústicas e espaços temporários para aulas.

Subcomponente	Impactes potenciais para as PIAs	Risco identificado	Probabilidade do risco	Severidade do risco	Medidas de mitigação
	Captura pelas elites e desigualdade no acesso à formação	Risco de aumento das desigualdades sociais, comprometendo a legitimidade de projecto e sua aceitação pública.	**Alta**	**Alta**	Adoptar critérios transparentes de selecção; implementação de políticas de acções afirmativas.
	Falta de acessibilidade e inclusão para pessoas com algum tipo de deficiência	Infra-estrutura inadequada para pessoas com deficiência; falta de materiais acessíveis; exclusão de oportunidades. Pode resultar em questionamentos legais e sociais, afectando a imagem do projecto.	**Média**	**Alta**	Garantir que medidas de acessibilidade, como construção de rampas, banheiros adaptados, entre outras, sejam implementadas; acessibilidade nos conteúdos pedagógicos e na implementação de novas tecnologias; captação de equipe para inclusão.
1.2. Melhorar a qualidade do ensino e dos programas de preparação de professores	Oportunidades de inovação podem exigir investimentos contínuos e suporte técnico de actores governamentais	Risco de descontinuidade por falta de recursos; perda de credibilidade institucional; desafios na capacitação; burocracia e lentidão para resoluções.	**Média**	**Média**	Estabelecer parcerias duradouras com actores governamentais; garantir orçamento de suporte técnico estruturada para longo prazo.
	Transição para novos currículos e métodos de ensino pode exigir período de adaptação e formação dos docentes	Resistência à mudança por parte dos docentes pode reduzir qualidade do ensino; atraso na implementação de reformas curriculares.	**Média**	**Média**	Formação contínua para docentes; com período de transição gradual; suporte pedagógico e técnico contínuo e incentivo à troca de experiências entre professores; acompanhamento pedagógico.

Subcomponente	Impactes potenciais para as PIAs	Risco identificado	Probabilidade do risco	Severidade do risco	Medidas de mitigação
2.1. Reforçar os mecanismos de garantia da qualidade	A melhoria da qualidade dos cursos pode levar a captura dos benefícios pelas elites	Falta de políticas compensatórias ou redistributivas pode acentuar a desigualdade no acesso ao ensino superior.	**Alta**	**Alta**	Políticas de inclusão e equidade; fortalecimento de instituições em áreas menos favorecidas; garantir representatividade regional nos processos decisórios; definir critérios equitativos de avaliação.
	Aumento nos investimentos, recursos humanos e tecnológicos que demandam investimentos contínuos	Risco de insuficiência de recursos para manutenção; dependência de financiamento externo; dificuldade na actualização contínua.	**Alta**	**Média**	Optimização de recursos; integrar financiamento a longo prazo no orçamento; buscar formar parcerias para investimento.
2.2. Melhorar a qualidade da instrução, o acesso equitativo e a relevância industrial dos programas em áreas estratégicas prioritárias	Estudantes de regiões periurbanas e rurais podem enfrentar dificuldades de acesso equitativo, devido à desigualdade de recursos e infra-estruturas	Sem acções correctivas, o projecto pode ampliar disparidades regionais e reduzir o impacto pretendido.	**Alta**	**Alta**	Sensibilização comunitária para a educação de meninas; fornecimento de transporte seguro e acessível; bolsas de incentivo; quando possível, adoptar sistema de ensino híbrido.
	Pressão sobre as universidades para adaptarem rapidamente os currículos às demandas do mercado	Risco de formação académica superficial; descompasso entre ensino e pesquisa, queda de indicadores e desempenho.	**Alta**	**Média**	Consultas periódica a especialistas e docentes; planejamento curricular estratégico; realizar processos participativos e pilotos antes da adopção generalizada dos novos currículos.

Subcomponente	Impactes potenciais para as PIAs	Risco identificado	Probabilidade do risco	Severidade do risco	Medidas de mitigação
	Benefícios podem ser capturados pelas elites	Acesso desigual às oportunidades, ampliação de disparidades sociais; conflitos sociais.	**Alta**	**Alta**	Expansão de vagas para estudantes de baixa renda e regiões periféricas; distribuição de bolsas estudantis; promover monitorização e auditorias para avaliar impacto distributivo.
2.3. Estabelecer uma Rede Nacional de Investigação e Educação (NREN) e melhorar das redes universitárias	Custos elevados associados a ampliação de infra-estrutura e investimentos em redes eléctricas	Orçamentos insuficientes; atrasos na implementação; risco de manutenção inadequada; limitação da cobertura da rede.	**Alta**	**Alta**	Priorização de investimentos estratégicos; acompanhamento rigoroso da execução orçamentária; buscar parcerias e doadores.
	Impactes temporários das intervenções na mobilidade e actividades cotidianas	Congestionamento e dificuldades de transporte; interrupção de serviços essenciais; impactes económicos locais.	**Média**	**Média**	Criação de rotas alternativas e horários específicos para intervenções; comunicação eficaz com a população.
	Aumento do número de casos VBG/EAS/AS devido à migração de trabalhadores	Vulnerabilidade de mulheres e crianças; risco de exploração e assédio; aumento de violência com base em género.	**Alta**	**Alta**	Implementar campanhas de sensibilização; formar equipes de resposta rápida; MSRR
2.4. Digitalizar a prestação de serviços no ensino superior e desenvolver competências digitais	Desafios de acesso a dispositivos digitais e internet, podendo gerar exclusão digital entre os estudantes	Alunos e docentes sem acesso a equipamentos adequados; conectividade limitada em áreas remotas; exclusão digital acentuando desigualdades educacionais, prejudicando os objectivos de inclusão do projecto.	**Alta**	**Alta**	Expansão da infra-estrutura de conectividade; criação de espaços públicos com acesso gratuito à tecnologia; centros de acesso comunitário; laboratórios de informática; capacitação de usuários.

Subcomponente	Impactes potenciais para as PIAs	Risco identificado	Probabilidade do risco	Severidade do risco	Medidas de mitigação
	A digitalização pode melhorar a gestão de dados e a comunicação, mas exige investimentos em infra-estruturas tecnológicas e formação	Exigência de manutenção e capacitações contínuas, que podem tornar os sistemas digitais e tecnológicos obsoletos.	**Média**	**Média**	Planejar ciclos de actualização tecnológica; garantir linha orçamentária; capacitação de equipa para utilização de equipamentos.
3. Fortalecimento da capacidade de gestão, monitoria e avaliação	Investimentos em formação e capacitação de funcionários do MESCTI para lidar com novas responsabilidades e sistemas	Resistência à qualificação; custos elevados para formação contínua; atraso na adopção de novos processos; comprometimento da gestão pública.	**Alta**	**Média**	Envolver professores e equipa técnica desde o início da implementação; programas de capacitação contínua; parcerias com instituições de ensino; oferecer incentivos para capacitação.
	Implementação de melhorias pode exigir tempo, recursos e coordenação entre diferentes partes interessadas	Sobreposição de funções, ineficiências operacionais e atraso na execução do projecto.	**Média**	**Alta**	Comité interinstitucional para coordenação; metas claras e monitoramento contínuo; definição de responsabilidades de papéis.

Quadro 1 Componentes do projecto, impactes potenciais, riscos e mitigação

Subcomponente 1.1 – Expandir o acesso à formação inicial de professores de alta qualidade Impactes potenciais: Impactes ambientais e de saúde decorrentes das intervenções; aumento do número de casos de VBG/EAS/AS devido à migração de trabalhadores; interrupção temporária do funcionamento das IES em razão de transtornos das intervenções; captura de benefícios por elites e desigualdade no acesso; falta de acessibilidade e inclusão para pessoas com deficiência. Riscos identificados e medidas de mitigação: Poluição do ar, água e solo; doenças respiratórias; agravamento de doenças crónicas; potenciais conflitos locais, atrasos e aumento de custos. Mitigação: estudos de impacto ambiental prévios; sistemas de controlo de emissões; tratamento de efluentes; planos de gestão ambiental; práticas seguras de manejo, armazenamento e descarte de resíduos; plano de saúde ocupacional. VBG/EAS/AS. Mitigação: códigos de conduta para trabalhadores; comités de protecção; canais seguros de denúncia e resposta; campanhas de consciencialização; MSRR. Interrupções operacionais. Mitigação: planeamento de obras em períodos de menor impacto académico; execução fora do horário lectivo; rotas alternativas; comunicação prévia com as IES; barreiras acústicas; espaços temporários para aulas. • Captura por elites. Mitigação: critérios transparentes de selecção; políticas de acção afirmativa. Acessibilidade. Mitigação: medidas de acessibilidade nas infra-estruturas (rampas, casas de banho adaptadas, etc.); acessibilidade nos conteúdos pedagógicos e nas novas tecnologias; capacitação de equipas para inclusão.

Subcomponente 1.2 – Melhorar a qualidade do ensino e dos programas de preparação de professores Impactes potenciais: Exigências de inovação que requerem investimentos contínuos e suporte técnico governamental; necessidade de adaptação a novos currículos e métodos de ensino. Riscos identificados e medidas de mitigação: Descontinuidade por falta de recursos; perda de credibilidade; desafios de capacitação; morosidade burocrática. Mitigação: parcerias duradouras com actores governamentais; orçamento de suporte técnico de longo prazo. Resistência à mudança; atrasos na implementação. Mitigação: formação contínua; transição gradual; suporte pedagógico e técnico; comunidades de prática; acompanhamento pedagógico.

Subcomponente 2.1 – Reforçar os mecanismos de garantia da qualidade Impactes potenciais: Captura de benefícios por elites; aumento de exigências de investimentos e recursos humanos/tecnológicos. Riscos identificados e medidas de mitigação: • Acentuação de desigualdades de acesso. Mitigação: políticas de inclusão e equidade; fortalecimento de instituições em áreas menos favorecidas; representatividade regional

nos processos decisórios; critérios equitativos de avaliação. Insuficiência de recursos e manutenção. Mitigação: optimização de recursos; financiamento de longo prazo; parcerias para investimento.

Subcomponente 2.2 – Melhorar a qualidade da instrução, o acesso equitativo e a relevância industrial dos programas em áreas estratégicas prioritárias Impactes potenciais: Dificuldades de acesso equitativo para estudantes de regiões periurbanas e rurais; pressão por rápida adaptação curricular às demandas do mercado; captura de benefícios por elites. Riscos identificados e medidas de mitigação: Ampliação de disparidades regionais. Mitigação: sensibilização comunitária (incluindo educação de raparigas); transporte seguro e acessível; bolsas de incentivo; ensino híbrido quando possível. Formação superficial e descompasso entre ensino e pesquisa. Mitigação: consultas periódicas a especialistas e docentes; planeamento curricular estratégico; processos participativos e pilotos antes da adopção generalizada. Conflitos sociais por acesso desigual. Mitigação: expansão de vagas para estudantes de baixa renda e regiões periféricas; bolsas estudantis; monitorização e auditorias de impacto distributivo.

Subcomponente 2.3 – Estabelecer uma Rede Nacional de Investigação e Educação (NREN) e melhorar as redes universitárias Impactes potenciais: Custos elevados de ampliação de infra-estruturas e redes eléctricas; impactes temporários na mobilidade e actividades cotidianas; aumento do risco de VBG/EAS/AS devido à migração de trabalhadores. Riscos identificados e medidas de mitigação: Orçamentos insuficientes e atrasos. Mitigação: priorização de investimentos estratégicos; acompanhamento orçamental rigoroso; parcerias e doadores. Congestionamentos e interrupções de serviços. Mitigação: rotas alternativas; horários específicos; comunicação eficaz com a população. VBG/EAS/AS. Mitigação: campanhas de sensibilização; equipas de resposta; MSRR.

Subcomponente 2.4 – Digitalizar a prestação de serviços no ensino superior e desenvolver competências digitais Impactes potenciais: Desafios de acesso a dispositivos e internet, gerando exclusão digital; exigência de investimentos e formação contínuos. Riscos identificados e medidas de mitigação: Exclusão digital e desigualdades educacionais. Mitigação: expansão da conectividade; espaços públicos com acesso gratuito; centros comunitários; laboratórios de informática; capacitação de utilizadores. Obsolescência tecnológica e manutenção. Mitigação: ciclos de actualização planeados; dotação orçamental dedicada; capacitação das equipas.

Componente 3 – Fortalecimento da capacidade de gestão, monitorização e avaliação Impactes potenciais: • Necessidade de investimentos em formação e capacitação de funcionários do MESCTI para novas responsabilidades e sistemas; exigência de tempo, recursos e coordenação interinstitucional. Riscos identificados e medidas de mitigação: • Resistência à qualificação; custos elevados; atrasos na adopção de novos processos. Mitigação: envolvimento de docentes e equipas técnicas desde o início; programas de capacitação contínua; parcerias com instituições de ensino; incentivos à capacitação. • Sobreposição de funções e ineficiências. Mitigação: comité interinstitucional de coordenação; metas claras e monitorização contínua; definição de papéis e responsabilidades.

2.1 Objectivo

O Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI) integra-se de forma estratégica ao Projecto TEST, com a finalidade de promover um processo participativo, transparente e inclusivo durante todas as fases de implementação. O PEPI visa garantir que indivíduos, grupos e instituições afectadas ou interessadas sejam devidamente informados, consultados e envolvidos na tomada de decisões. Para operacionalizar este compromisso, foram definidos objectivos específicos com base na metodologia SMART, assegurando que cada acção seja clara, mensurável, alcançável, relevante e com prazos definidos. Estes objectivos apoiam o fortalecimento do diálogo com a sociedade civil, a prevenção de riscos sociais e a promoção da equidade e da representatividade no ensino superior angolano ao longo de todo o ciclo de vida do projecto.

Objectivo	Especificidade	Indicadores	Alcançável	Relevância	Prazo
1. Realizar grupos focais com a comunidade universitária sobre melhorias para o ensino superior e equidade	Estudantes, docentes e funcionários técnico-administrativos das instituições participantes	Pelo menos 12 sessões com no mínimo 10 participantes cada	Uso de facilitadores locais e roteiros já previstos no PEPI	Identificar desafios reais para a implementação da equidade efectiva e do avanço no ensino superior	Até junho de 2026
2. Divulgar o Mecanismo de Sugestões e Resolução de Reclamações (MSRR) nas quatro províncias de actuação	Comunidades de Bengo, Huambo, Huíla e Uíge	4 campanhas presenciais e 500 folhetos distribuídos por província	Canais comunitários e articulação com lideranças locais	Promover a transparência e o engajamento social	Até 31 de dezembro de 2026
3. Garantir participação representativa de grupos vulneráveis nos fóruns de decisão do projecto	Mulheres, pessoas com deficiência, pessoas de zonas rurais ou periféricas, entre outros	Participação registada em 100% das reuniões dos comités de supervisão locais	Articulação com organizações locais e lideranças e com apoio logístico e metodológico já previsto no PEPI	Fortalecer inclusão e equidade conforme a NAS 10	De janeiro de 2026 até o final de 2028
4. Implementar formação para docentes sobre prevenção de VBG/EAS/AS e ética digital	Docentes das instituições de ensino superior envolvidas no TEST	Pelo menos 160 docentes formados e 8 sessões realizadas	Apoio de organizações especializadas com metodologias acessíveis	Promover ambiente académico seguro, ético e inclusivo	Até dezembro de 2027

Quadro 2 Objectivos SMART do Plano de Envolvimento das Partes Interessadas

Objectivo 1: Realizar grupos focais com a comunidade universitária sobre melhorias para o ensino superior e equidade. Especificidade: estudantes, docentes e funcionários técnico-administrativos das instituições participantes; Indicadores: pelo menos 12 sessões, com no mínimo 10 participantes cada; Alcançável: uso de facilitadores locais e roteiros previstos no PEPI; Relevância: identificar desafios reais para a promoção da equidade e o avanço no ensino superior; Prazo: até Junho de 2026.

Objectivo 2: Divulgar o Mecanismo de Sugestões e Resolução de Reclamações (MSRR) nas quatro províncias de actuação. Especificidade: comunidades de Bengo, Huambo, Huíla e Uíge; indicadores: 4 campanhas presenciais e 500 folhetos distribuídos por província; Alcançável: uso de canais comunitários e articulação com lideranças locais; Relevância: promover a transparência e o engajamento social; Prazo: até 31 de Dezembro de 2026.

Objectivo 3: Garantir participação representativa de grupos vulneráveis nos fóruns de decisão do projecto. Especificidade: mulheres, pessoas com deficiência e população de zonas rurais ou periféricas, entre outros; Indicadores: participação registada em 100% das reuniões dos comités de supervisão locais; Alcançável: articulação com organizações e lideranças locais, com apoio logístico e metodológico previsto no PEPI; Relevância: fortalecer inclusão e equidade, em conformidade com a NAS 10; Prazo: de Janeiro de 2026 até ao final de 2028.

Objectivo 4: Implementar formação para docentes sobre prevenção de VBG/EAS/AS e ética digital. Especificidade: docentes das IES envolvidas no TEST; Indicadores: pelo menos 160 docentes formados e 8 sessões realizadas; Alcançável: apoio de organizações especializadas com metodologias acessíveis; Relevância: promover um ambiente académico seguro, ético e inclusivo; Prazo: até Dezembro de 2027.

3. Identificação e análise das partes interessada

3.1 Metodologia

A fim de atender às abordagens de melhores práticas, o projeto aplicará os seguintes princípios para o engajamento das partes interessadas:

- Abertura e abordagem de ciclo de vida: Consultas públicas para o(s) projeto(s) serão organizadas durante todo o ciclo de vida, realizadas de forma aberta, livre de manipulação externa, interferência, coerção ou intimidação.

- Participação informada e feedback: As informações serão fornecidas e amplamente distribuídas entre todas as partes interessadas em um formato apropriado; oportunidades serão fornecidas para comunicar o feedback das partes interessadas e para analisar e abordar comentários e preocupações.

- Inclusão e sensibilidade: A identificação das partes interessadas é realizada para apoiar uma melhor comunicação e construir relacionamentos eficazes. O processo de participação é inclusivo. Todas as partes interessadas são incentivadas a se envolver no processo de consulta. Acesso igualitário à informação é assegurado. A sensibilidade às necessidades das partes interessadas orienta a seleção dos métodos de engajamento. Atenção especial é dada aos grupos vulneráveis potencialmente em risco de serem deixados de fora dos benefícios do projeto, particularmente mulheres, idosos, pessoas com deficiência, pessoas deslocadas, trabalhadores e comunidades migrantes, e às sensibilidades culturais de diversos grupos étnicos.

- Flexibilidade (aplicada conforme relevante): Se o distanciamento social, o contexto cultural (por exemplo, dinâmica de gênero específica) ou fatores de governança (por exemplo, alto risco de retaliação) inibirem formas tradicionais de engajamento presencial, a metodologia será adaptada para outras formas de engajamento, incluindo comunicação por internet, plataformas digitais e telefone.

3.2 Partes afectadas e outras partes interessadas

- As partes afetadas incluem comunidades locais, membros da comunidade e outras partes que podem estar sujeitas a impactos diretos do Projeto. Especificamente, no Projeto TEST, os seguintes indivíduos e grupos se enquadram nesta categoria (impactos positivos e/ou negativos):

- Comunidade universitária: estudantes, docentes, pesquisadores e funcionários das IES.

- Diretores das Instituições de Ensino Superior (IES).

- Comunidades locais nas áreas de intervenção.

- Organizações não governamentais (ONGs) locais e regionais com atuação em educação e desenvolvimento social.
- Movimentos estudantis: MNJUA, JMPLA, JURA-UNITA.
- Sindicato dos Professores do Ensino Superior (SINPES).

As partes interessadas do projecto também incluem outras partes além das comunidades diretamente afetadas, como:

- Órgãos do Governo Central e Setorial: MESCTI (GEPE, DNES, INAAREES, GTIC); MINAMB; MASFAMU; MINFIN; MED; MINSA; MINTTICS; MINOPUH.
- Governos subnacionais: Governos Provinciais; Administrações Municipais.
- Organizações da sociedade civil e representações setoriais: OMA; ONGs nacionais e internacionais com interesse no ensino superior; União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA); Cooperativa Multissectorial Unida e Progredindo por Angola (CMUPA).
- Setor privado e parceiros: Investidores em ciência, tecnologia e ensino superior; provedores de serviços (por exemplo, conectividade, infraestrutura, soluções tecnológicas).

Observação: Esta lista é indicativa e poderá ser atualizada ao longo do ciclo do projeto conforme novas partes sejam identificadas ou reclassificadas.

3.3 Indivíduos ou grupos desfavorecidos/vulneráveis

- Dentro do Projeto, grupos vulneráveis ou desfavorecidos podem incluir, mas não estão limitados ao seguinte. Entre parênteses, as principais barreiras para acessar informações e/ou outros benefícios do Projeto e potenciais parceiros representativos para engajamento:
- Mulheres e meninas (barreiras culturais e institucionais; riscos de VBG/EAS/AS; baixa representatividade em espaços decisórios). Parceiros: MASFAMU, OMA, coletivos e redes femininas universitárias.
- Idosos (limitações de mobilidade e acesso digital; menor participação em consultas presenciais). Parceiros: lideranças comunitárias, associações locais.
- Pessoas com deficiência — física, sensorial, intelectual e psicossocial (barreiras de acessibilidade física; comunicação não adaptada; tecnologias assistivas insuficientes). Parceiros: associações de pessoas com deficiência; unidades de inclusão das IES.

- Famílias chefiadas por mulheres e cuidadores (restrições de tempo; custos de participação; responsabilidades de cuidado). Parceiros: MASFAMU; redes comunitárias.

- Estudantes e famílias de baixa renda (custos de transporte e conectividade; acesso limitado a dispositivos e materiais). Parceiros: serviços sociais locais; diretorias de ação social das IES.

- Pessoas provenientes de áreas rurais/periféricas (distância; fraca infraestrutura de comunicação; barreiras linguísticas). Parceiros: Administrações Municipais; rádios comunitárias; líderes tradicionais.

- Minorias étnicas, linguísticas e grupos culturalmente marginalizados (barreiras linguísticas; sensibilidade cultural; discriminação). Parceiros: conselhos comunitários; organizações culturais locais.

- Pessoas com doenças crônicas (necessidade de flexibilização de horários e formatos; estigma). Parceiros: unidades de saúde locais; serviços de apoio psicossocial das IES.

- Jovens desempregados e trabalhadores migrantes (baixa disponibilidade para consultas; mobilidade; documentação). Parceiros: UNTA; centros de emprego e juventude.

- Minorias sexuais e de gênero (risco de discriminação e retaliação; necessidade de confidencialidade). Parceiros: organizações de direitos humanos e de diversidade.

Grupos vulneráveis dentro das comunidades afetadas pelo Projeto podem ser adicionados, posteriormente confirmados e consultados por meios dedicados, conforme apropriado. Para apoiar sua inclusão, serão priorizados: formatos acessíveis (materiais em leitura fácil, braille, áudio; idiomas locais), canais múltiplos (presencial, rádio comunitária, redes sociais institucionais, telefone), horários flexíveis, apoio a custos de participação (quando pertinente) e mecanismos seguros e confidenciais de reclamações e sugestões. A descrição detalhada dos métodos de engajamento que serão realizados pelo projeto é fornecida nas seções a seguir.

4. Programa de Engajamento de Partes Interessadas

4.1 Resumo do engajamento das partes interessadas feito durante a preparação do projecto

Durante a preparação do projeto, foram realizadas consultas públicas presenciais entre 10 de Dezembro de 2024 e 8 de Janeiro de 2025, envolvendo instituições de ensino superior,

administrações municipais, comunidades locais, organizações sociais e autoridades tradicionais. Em resumo, a participação por províncias foi no total 596 pessoas, sendo 341 homens (57%) e 255 mulheres (43%), nas seguintes províncias: Bengo: 311 participantes (181 homens e 130 mulheres); Huambo: 130 participantes (73 homens e 57 mulheres); Huíla: 94 participantes (64 homens e 30 mulheres) e no Uíge: 61 participantes (23 homens e 38 mulheres).

As principais questões discutidas incluíram:

- Infra-estruturas educacionais insuficientes (laboratórios, bibliotecas, equipamentos);
- Qualidade do ensino e necessidade de cursos técnicos e professores qualificados;
- Barreiras de acesso ao ensino superior (financeiras, bolsas insuficientes, discriminação de género);
- Impactos sociais e ambientais (poeira, ruído, criminalidade, afectação de áreas agrícolas);
- Preocupações de segurança e de género.

Os relatórios e planos ambientais e sociais foram divulgados através do site do MESCTI (www.mescti.gov.ao), redes sociais, correio electrónico, rádios locais, quadros de aviso em IES e serviços públicos. O feedback recebido durante as consultas foi preocupações sobre acesso, conectividade, inclusão de grupos vulneráveis, cronograma, riscos EAS/AS e transparência do MSRR e foi levado em consideração o seguinte: ajuste de métodos, reforço de materiais acessíveis, reforço do MSRR, inclusão de intérpretes/tradutores. Um resumo das principais recomendações recebidas e integradas no Plano de Engajamento das Partes Interessadas é fornecido na Tabela 2.

4.2 Resumo das necessidades das partes interessadas do projecto e métodos, ferramentas e técnicas para engajamento das partes interessadas

Diferentes métodos de engajamento são propostos para cobrir necessidades distintas de informação, consulta, colaboração e inclusão, com especial atenção a grupos vulneráveis:

- Métodos de engajamento
    - Agendas estruturadas e reuniões formais: para autoridades setoriais e locais, IES, parceiros e investidores, com foco em alinhamento estratégico, responsabilidades e tomada de decisão.
    - Consultas públicas comunitárias: encontros abertos para divulgação do projecto, recolha de preocupações e esclarecimentos (com intérpretes/tradutores quando necessário).

- Grupos focais: aprofundamento temático com subgrupos (estudantes, docentes, funcionários técnico-administrativos, movimentos estudantis, sindicatos, ONGs e comunidades locais), assegurando diversidade e representatividade.

- Consultas com grupos vulneráveis: sessões dedicadas e adaptadas (cultural e linguisticamente), em ambientes seguros e confidenciais, com facilitadores treinados e apoio de organizações locais.

- Entrevistas individuais e visitas ao local: para captar perceções específicas, observar contextos e dialogar com perfis-chave (p. ex., líderes tradicionais, representantes de grupos vulneráveis).

- Ferramentas e instrumentos de comunicação

  - MSRR (Mecanismo de Sugestões e Resolução de Reclamações): multiformato (físico e digital), seguro, confidencial e acessível; inclui formulários, linha telefónica, e-mail e caixas de sugestões, com indicadores de resposta e satisfação.

  - Materiais e canais de divulgação: folhetos informativos, quadros de aviso, correio eletrónico, SMS, redes sociais, sítio electrónico do MESCTI, rádio e televisão; selecção de canais baseada em avaliação local de alcance e acessibilidade.

- Adaptação para grupos vulneráveis

  - Mulheres e raparigas: divulgação através de associações e ONGs de género; horários e espaços seguros; integração de protocolos VBG/EAS/AS.

  - Pessoas de áreas rurais/periféricas: traduções para línguas/dialectos locais; envolvimento de autoridades tradicionais; apoio de ONGs locais.

  - Pessoas com deficiência: informação em formatos acessíveis (braille, áudio, leitura fácil, Língua Gestual Angolana – LGA); parceria com associações e unidades de inclusão das IES.

  - Outras vulnerabilidades (idosos, famílias de baixa renda, cuidadores, minorias étnicas/linguísticas e SOGI, doentes crónicos, trabalhadores migrantes e jovens desempregados): sessões adaptadas, confidencialidade, horários

flexíveis e mitigação de barreiras de custo/tempo/conectividade quando aplicável.

- Papel das estruturas tradicionais
    - Envolvimento de líderes comunitários e autoridades tradicionais para mobilização, facilitação de consultas, mediação cultural/linguística, mapeamento de vulnerabilidades e reforço da legitimidade do processo.

4.3 Plano de engajamento das partes interessadas

O engajamento das partes interessadas é descrito em todas as fases do projecto, destacando acções focadas em grupos vulneráveis, conforme a tabela 2.

Fase do Projecto	Data/Período Estimado	Tema da Consulta/ Mensagem	Método Utilizado	Partes Interessadas-alvo	Responsabilidades
Preparação do Projecto	Maio-Junho 2023	Apresentação do projecto, objectivos e potenciais impactos. Recolha de preocupações iniciais.	Reuniões comunitárias; entrevistas individuais com líderes locais	Comunidades afectadas; líderes comunitários; ONGs locais	Equipa do Projecto (EP); Consultor Social
Preparação do Projecto	Junho 2023	Mecanismo de Reclamações (MSRR) e canais de comunicação	Grupos focais com representantes da comunidade	Comunidades afectadas, especialmente mulheres e jovens	EP; Especialista em Género
Implementação Inicial	Julho–Agosto 2023	Cronograma das actividades e oportunidades de emprego	Cartazes; folhetos; reuniões em centros comunitários	Trabalhadores locais; pequenas empresas; público em geral	EP; Equipa de Comunicação
Implementação Contínua	Trimestral	Progresso do projecto,	Reuniões abertas;	Todas as partes interessadas;	EP; Gestor do Projecto

		desafios e medidas de mitigação	boletins informativos; site do projeto	autoridades governamentais	
Implementação Contínua	Semestral	Satisfação com o projecto e novas preocupações	Inquéritos de percepção; caixas de sugestões	Idosos; pessoas com deficiência; famílias chefiadas por mulheres	EP; Equipa de Monitorização e Avaliação
Encerramento do Projecto	3 meses antes do encerramento	Avaliação final e lições aprendidas	Workshops participativos; relatórios de feedback	Todas as partes interessadas	EP; Consultor de Avaliação

Tabela 2 Engajamento das partes interessadas

Notas práticas

- Métodos utilizados (exemplos):
    - Governamentais — correspondência por telefone/e-mail; entrevistas individuais; reuniões formais; mesas redondas.
    - Comunidades/grupos vulneráveis — cartas a líderes locais; notificações tradicionais; documentação acessível e culturalmente apropriada; reuniões comunitárias; grupos focais; atividades de extensão.
- Divulgação de informações: SEP/PEPI; documentos E&S relevantes; procedimentos do Mecanismo de Sugestões e Resolução de Reclamações (MSRR); orientações do projecto; atualizações regulares via avisos públicos, comunicados, site do projecto, reuniões de consulta, folhetos/brochuras; sessões específicas para grupos vulneráveis.

4.4 Reportando-se às partes interessadas

As partes interessadas serão mantidas informadas à medida que o projecto se desenvolve, incluindo relatórios sobre o desempenho ambiental e social do projecto e a implementação do plano de envolvimento das partes interessadas e do Mecanismo de Sugestões e Resolução de Reclamações, e sobre o progresso geral da implementação do projecto.

5. Recursos e responsabilidades para implementar actividades de envolvimento de partes interessadas

A Coordenação de Gestão do Projecto TEST/MESCTI) será responsável pela organização geral das actividades de envolvimento das partes interessadas.

A Coordenação contará com o apoio dos Pontos Focais nas Instituições de Ensino Superior (IES) beneficiárias, Pontos Focais dos responsáveis pela mobilização institucional local e comunicação directa com comunidades e estudantes; dos Comités de Resolução das Reclamações a nível das Instituições do ensino superior e do nível comunitário para apoiar a articulação com autoridades locais e organizações da sociedade civil; e de consultores especializados em comunicação social e salvaguardas ambientais e sociais.

A Coordenação do TEST/MESCTI assegurará, através dos especialistas ambiental e social, a integração do Mecanismo de Sugestões e Resolução de Reclamações (MSRR), garantindo transparência e resposta célere às preocupações levantadas.

5.1 Recursos

A Coordenação do Projecto, através dos especialistas ambiental e social do TEST, será responsável pelas actividades de envolvimento das partes interessadas.

O orçamento destinado ao Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI) está incluído na Componente 3, Gestão do Projecto TEST. Este contempla custos operacionais, recursos humanos e comunicação necessários para a implementação eficaz do plano.

Os recursos incluem: **humanos** (salários estimados de especialistas ambientais e sociais, oficiais de ligação comunitária e consultores de comunicação); **custos operacionais** (deslocações, reuniões, eventos e logística de consultas); **materiais de comunicação** (produção de cartazes, folhetos, campanhas digitais e rádio); **capacitação** (formações temáticas em género, VBG/EAS/AS, saúde e segurança, e salvaguardas); **mecanismo de reclamações** (instalação de caixas de sugestão, materiais de divulgação e capacitação dos comités).

Categoria de Orçamento	Qte	Custo Unit (USD)	Período	Custo Total (USD)	Obs:
1a. Consultor de comunicação/social	1	1,200	12 meses	14,400	Apoio técnico em comunicação
1b. Despesas de deslocação do pessoal	12	300	3 anos	10,800	Missões de campo trimestrais
1c. Oficiais de Ligação Comunitária	2	800	36 meses	57,600	Lotados nas províncias-chave
2a. Organização de grupos focais	4	1,000	3 anos	12,000	Sessões por província/ano
3a. Cartazes, folhetos	5,000	0.5	1x/ano	7,500	Produção e distribuição nacional
3b. Campanha nas redes sociais/rádio	3	2,000	3 anos	18,000	Campanhas anuais
4a. Capacitação em questões socioambientais	4	2,500	2 anos	20,000	Coordenação do Projecto + contratados
4b. Treinamento sobre VBG/EAS/AS	4	2,500	2 anos	20,000	Coordenação do Projecto + pontos focais
5a. Pesquisa intermediária do projecto	1	10,000	1	10,000	Avaliação percepção intermédia
5b. Pesquisa de final de projecto	1	10,000	1	10,000	Avaliação final
6a. Formação de Comissões Gestão do Mecanismo	4	2,000	1	8,000	Formação em 4 Províncias
6b. Caixas de sugestões/reclamações	40	150	1	6,000	10 por província
6c. Materiais de comunicação Gestão de Mecanismo	1	5,000	1	5,000	Cartazes, guias, *spots*
7a. Contingência	-	-	-	5,000	Ajustes imprevistos
Total de Custo estimado				USD 204,300	

Tabela 3 Custos de implementação do MSRR

5.2. Funções e responsabilidades de gestão

As entidades responsáveis pela realização das actividades de engajamento das partes interessadas são: Gabinete de Inspecção do MESCTI, Especialistas Ambiental e Social,

Pontos Focais institucionais e comunitários, Comités de Resolução de Reclamações quer a nível Comunitário quanto ao nível institucional.

As actividades de envolvimento das partes interessadas serão documentadas por meio de relatórios trimestrais e anuais, que incluirão: listas de presença, actas das reuniões, registos fotográficos, síntese das contribuições recebidas, número de participantes por categoria (género, idade, instituição, comunidade), principais preocupações levantadas e as medidas correctivas ou preventivas adoptadas pelo Projecto TEST.

6. Mecanismo de Sugestões e Resolução de Reclamações (MSRR)

O principal objetivo de um MSRR é ajudar a resolver reclamações e reclamações de maneira oportuna, eficaz e eficiente que satisfaça todas as partes envolvidas.

6.1. Descrição do MSRR

Etapa	Descrição do Processo	Prazo	Responsabilidade
Estrutura de implementação do MSRR	Gabinete de Inspecção, Comité de Resolução e Reclamação (CRR), Equipa Ambiental e Social, Pontos Focais Institucional e Local.	Até 2 dias úteis	Receber, classificar e registar reclamações; emitir comprovativo de recepção
Recepção de reclamações	As reclamações podem ser submetidas através dos seguintes canais: • Linha telefónica/SMS • E-mail • Carta dirigida aos pontos focais locais • Formulário de reclamação entregue em qualquer dos canais • Atendimento presencial, com registo no livro de reclamações ou em caixas de sugestão nas instituições	Até 2 dias úteis	Pontos Focais locais

Triagem e processamento	Qualquer reclamação recebida deve ser encaminhada para CRR registada em formulário e classificada de acordo com as seguintes tipologias de reclamações: sugestão, queixa ou reclamação.	No acto da recepção	Pontos focais locais do mecanismo devem avaliar admissibilidade, classificar sensibilidade (ex: VBG/EAS/AS), validar, dados iniciais e encaminhamento.
Confirmação e seguimento	O recebimento da reclamação é confirmado ao reclamante por escrito no formulário.	Até 2 dias após a recepção	Pontos focais locais do mecanismo
Verificação, investigação e acção	A investigação da reclamação é conduzida por CRR. Uma proposta de resolução é elaborada por CRR e comunicada ao reclamante por escrito.	Até 10 dias úteis	Comité de Reclamações composto por Gabinete de Inspecção, Equipa Ambiental e Comissão de Resolução de Reclamações.
Monitoramento e avaliação	Os dados das reclamações são recolhidos em Base de Dados, formulários, questionários online e físicos, plataformas digitais e reportados ao Gabinete de Inspecção, IES, MESCTI com periodicidade mensal.	30 dias	Especialistas Ambiental e Social, Comités locais e Pontos Focais.
Prestação de feedback	O feedback dos reclamantes sobre a sua satisfação com a resolução da queixa é recolhido por escrito.	10 dias	CRR e Gabinete de Inspecção
Formação	As necessidades de formação para pessoal/consultores do TEST, empreiteiros e consultores de supervisão são as seguintes: Introdução ao MSRR e seus princípios; Gestão de Conflitos e Mediação; Aspectos Legais e Institucionais; VBG/EAS/AS;	Semestral	Equipa Ambiental e Social com apoio a instituições especializadas

	Comunicação; Ética, imparcialidade e confidencialidade; Procedimentos operacionais; Monitoramento e avaliação.		

Tabela 4 Estrutura do processo de implementação do MSRR

O MSRR fornecerá um processo de apelação se o reclamante não estiver satisfeito com a resolução proposta para a reclamação. Uma vez que todos os meios possíveis para resolver a reclamação tenham sido propostos e se o reclamante ainda não estiver satisfeito, ele deve ser informado sobre seu direito de recurso legal.

Quando relevante, o projecto terá outras medidas em vigor para lidar com reclamações sensíveis e confidenciais, incluindo aquelas relacionadas à Exploração Sexual e Abuso/Assédio (EAS/AS) de acordo com a Nota de Boas Práticas do Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial sobre EAS/AS.

O Mecanismo para os Trabalhadores aplica-se a qualquer tipo de trabalhador, desde **trabalhadores directos**, **trabalhadores contratados** e **trabalhador de fornecimento primário** contratados e prestadores de serviços no âmbito das actividades do Projecto TEST ou pelas actividades de empreiteiros/consultores contratados pelo Projecto. Portanto, esse MSRR é uma ferramenta, na gestão de mão de obra, para o diálogo, apresentação e resolução de queixas e reclamações dos trabalhadores e contratados cujas acções estão voltadas ao Projecto TEST, ao longo de sua vigência. O tratamento das reclamações deve ser objectivo, rápido e sensível às necessidades e preocupações dos trabalhadores lesados. O TEST dispõe, ainda, do MSRR aplicado a toda a comunidade académica e às partes interessadas externas ligadas ao Projecto, abrangendo estudantes, docentes, investigadores, técnicos, administrativos, gestores institucionais, parceiros e organizações associadas. As reclamações estarão voltadas sobre infra-estruturas académicas, falta de laboratórios, bibliotecas e equipamentos; a qualidade do ensino e cursos prioritários; critérios de acesso ao ensino superior; condições sociais e inclusivas; insegurança, falta de acessibilidade, discriminação, VBG/EAS/AS.

O Banco Mundial e o Mutuário não toleram represálias e retaliações contra as partes interessadas do projeto que compartilham suas opiniões sobre os projetos financiados pelo Banco.

7. Monitoramento e Avaliação

7.1 Resumo de como a implementação do PEPI será monitorada e relatada

O Plano de Monitoramento e Avaliação (M&A) do PEPI tem como objetivo assegurar que as actividades de engajamento das partes interessadas sejam realizadas com eficácia, inclusão e impacto mensurável. Pretende-se acompanhar o alcance, a participação e a representatividade dos diversos grupos, bem como gerar dados que permitam ajustes estratégicos ao longo do ciclo de vida do Projecto TEST.

A responsabilidade pela coordenação cabe à Equipa Ambiental e Social do Projecto, que elaborará relatórios regulares e promoverá devolutivas às comunidades.

Os objectivos Específicos de monitoramento consistirão em (i) garantir a execução adequada das acções de engajamento; (ii) orientar a participação de acordo com a NAS 10 e a legislação nacional; e (iii) avaliar a efectividade dos métodos e canais de comunicação do projecto.

Os relatórios de monitoramento serão trimestrais, baseados em indicadores claros (ex.: número de consultas públicas, nível de representatividade, satisfação dos participantes, número de reclamações resolvidas no prazo, acesso a serviços para vítimas de VBG/EAS/AS, entre outros. As metas serão SMART, com linhas de base comparativas e mecanismos de validação participativa, assegurando transparência e melhoria contínua.

A Metodologia será assegurada através dos seguintes critérios:

- Instrumentos (questionários, formulários MSRR, listas de presença, entrevistas, observação directa e métricas digitais;
- Colecta: mensal (MSRR), trimestral (consultas), semestral (grupos vulneráveis);
- Análise: estatística e qualitativa, cruzando dados primários com censitários;
- Validação: triangulação de dados e reuniões participativas;
- Devolutiva: relatórios acessíveis, apresentações comunitárias e divulgação em plataformas digitais e rádios locais.

O Envolvimento das Partes Interessadas nas actividades de monitoramento é imprescindível, devendo, para isso, contar com seguinte: alocação de recursos adequados para mobilização; transparência na divulgação dos resultados; inclusão efectiva de grupos vulneráveis com medidas de acessibilidade; capacitação das partes envolvidas sobre metodologias de M&A;

validação comunitária dos resultados para ajustes e melhorias; e reconhecimento do papel de todos os actores (internos e externos).

7.2. Reportando-se aos grupos de partes interessadas

O PEPI será periodicamente revisado e actualizado conforme necessário durante a implementação do projeto. O retorno da comunicação garante que as partes interessadas sejam informadas de forma clara sobre as actividades do Projecto TEST e sobre como as suas preocupações estão a ser integradas no PEPI.

Os grupos de Partes Interessadas contarão com **relatórios trimestrais** (incluem actividades realizadas, reclamações recebidas e novos grupos identificados) e **relatórios anuais** (apresentam resultados consolidados e principais questões do ano). Os **Mecanismos de Feedback** serão baseados por sessões comunitárias de devolutiva; relatórios distribuídos em formatos acessíveis; comités participativos com representantes das partes interessadas. Os **Canais de Comunicação** serão múltiplos como: página do TEST/MESCTI (amplo alcance, limitado em áreas sem internet); reuniões presenciais (esclarecimentos directos, baixa adesão de grupos vulneráveis); murais informativos (acessíveis, mas exigem actualização constante); e locais de intervenção (acesso físico, limitado em contextos de analfabetismo).

A Gestão Adaptativa será baseada em evidências, aprendizagem contínua e revisões periódicas, permitindo ajustes em estratégias e canais, sempre com consulta prévia às comunidades.

Este processo assegura transparência, inclusão e melhoria contínua, fortalecendo a confiança e a participação das comunidades no ciclo do Projecto TEST.

8. Bibliografia

Banco Mundial. (2022). *Nota de Boas Práticas - Como abordar a exploração e abuso sexual (EAS) e o assédio sexual (AS) no financiamento de projetos de investimento envolvendo grandes obras.* World Bank.

Google & IFC. (2020). *e-Conomy Africa 2020.* International Finance Corporation.

INE. (2019). *Anuário Estatístico da Educação.* Luanda: Ministério da Educação.

Rad-Camayd, Y., & Espinoza-Freire, E. E. (2024). Estado actual da ciencia, tecnología e inovação no Ensino Superior em Angola. *Portal de la Ciencia*, 64-75.

UNHR. (2011). *Guiding Principles on Business and Human Rights.* New York and Geneva: United Nations.

World Bank. (08 de 12 de 2023). *World Bank*. Obtido de World Bank Group: https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2023/12/19/angola-afe-tertiary-education-receives-a-boost-to-improve-learning-conditions-for-150-000-students

Banco Mundial. (8 de Dezembro de 2023). *Ensino Superior em Angola Recebe um impulso para melhorar as condições de aprendizagem de 150.000 estudantes*. Obtido de World Bank Group: https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2023/12/19/angola-afe-tertiary-education-receives-a-boost-to-improve-learning-conditions-for-150-000-students

9. Anexos

Anexo I: Convite das Consultas Públicas

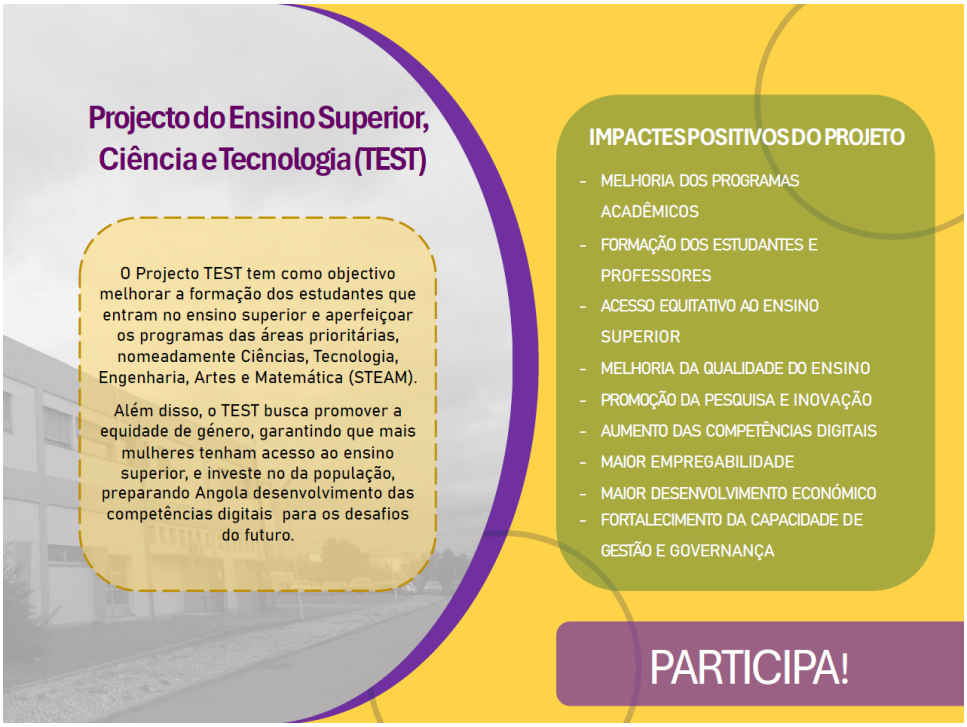

Figura 2 Convite para consultas públicas das partes interessadas

Anexo II: Locais de realização das consultas públicas

Província	Data	Local	Presentes		Total
			M	F	
Bengo	10-12/12/ 2024	• Sala de reunião da Escola Superior Pedagógica do Bengo • Administração Municipal • Auditório do Governo provincial • Comunidade mais próxima do local de implementação da infra-estrutura educacional • Escola de ensino médio IMAG	181	130	311
Huambo	18-19/12/2024	• Instalações do ISCED Huambo	73	57	130
Huíla	16-17/12/2024	• Instalações do ISCED Huíla • Administração municipal	64	30	94
Uíge	06-08/01/2025	• Instalações do ISCED Uíge • Administração municipal • Comunidade mais próxima do local de implementação da infra-estrutura educacional	23	38	61
		Total	341	255	596

Tabela 5 Locais de realização das consultas públicas

Anexo III: Modelo de Formulário para Apresentação de Reclamações Usado no Âmbito do Projecto do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia (TEST)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE ANGOLA

REPÚBLICA DE ANGOLA

MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

PROJECTO DO ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (TEST)

MODELO DE FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE RECLAMAÇÕES

Este formulário destina-se a facilitar a apresentação de reclamações e denúncias por parte das Partes Interessadas e Afectadas pelo Projecto do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia (TEST), de maneira simples e acessível. **As reclamações podem ser registadas através deste formulário ou por outros canais, incluindo telefone, e-mail, lideranças locais ou durante as consultas públicas.**

Embora o preenchimento de dados seja solicitado no formulário, existe a opção de apresentar a reclamação de forma anónima, garantindo que quaisquer informações pessoais permaneçam confidenciais e sejam utilizadas apenas para efeitos de monitoramento. Após o recebimento, a equipa procederá à análise e emitirá uma resposta o mais breve possível, procurando oferecer uma resolução ágil e eficaz.

Para um entendimento claro da situação, solicitamos que o formulário seja preenchido com o máximo de detalhes possível. Se a resposta não atender às expectativas, alternativas como recursos judiciais ou mecanismos de reclamação do Banco Mundial estarão acessíveis aos reclamantes.

Número de Referência (preenchido pela equipa): _____

Data da Reclamação: ____/____/____

Localidade: _____

1. **Dados pessoais**

Nome: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Sexo: Feminino ( ) / Masculino ( ) / Não desejo identificar ( )

Profissão/Ocupação: _____

Morada: _____

Telefone/Telemóvel: _____

E-mail: _____

Categoria do reclamante:

Pessoa afectada ( ) Organização local ( ) Funcionário do projecto ( )

Outro (especifique): _____

Desejo anonimato: Sim ( ) / Não ( )

2. **Descrição da Reclamação** (Importante que informações sejam detalhadas, incluindo data e local da ocorrência, partes envolvidas e danos causados) / (Anexar qualquer documento relacionado, se houver).

_____

_____

_____

_____

_____

_____

3. **Como esta reclamação pode ser solucionada** (Isto não significa que a solução será como a indicada, mas sim considerada pela equipa do Projecto TEST).

_____

_____

_____

_____

_____

_____

4. **Nota de recebimento da reclamação (**Não preencher, reservado a equipa)**:**

Reclamação recebida no dia ____/____/____. Contacto com o reclamante no dia ____/____/_____ informando recebimento e que a queixa está sob analise.

Assinatura da equipa: _____

5. **Assinatura do reclamante:**

_____

_ _

A equipa do Projecto Ensino Superior, Ciência e Tecnologia (TEST), confirma o recebimento da reclamação registada com o número de referência _____.

Será feito contacto entre 14 e 21 dias com uma resposta proposta. Para qualquer consulta adicional, por favor, utilize o número de referência acima e contacte-nos pelos canais de comunicação disponibilizados.

Anexo IV: Fotografias

- **Uíge**

Consulta com Administração Municipal

Consulta com grupo de mulheres

Visita a área de Implementação

Consulta à comunidade

- **Bengo**

Consulta com lideranças

Consulta com comunidades do Cabocha e Bula Dande

Consulta com estudantes do ensino médio

Consulta com jovens mulheres de cooperativa comunitária

- **Huíla**

Consulta com representantes das comunidades

Consulta com estudantes do ensino médio

Consulta com Administração Municipal de Lubango

Consulta com professores e investigadores

- **Huambo**

Consulta com representantes das comunidades

Consulta com professores e investigadores

Consulta com direcção de ISCED Huambo

Consulta com membros da comunidade universitária

Anexo V: Lista de Presença

OBS: Documento arquivado